



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10840003575/2004-88
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3402-000348 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10/11/2011
Matéria PIS NÃO CUMULATIVO
Recorrente CRYSTALSERV COM E REPRES LTDA
Recorrida DRJ RIBERÃO PRETO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência para aguardar na origem o desfecho do processo nº 15956.000309/2008-43.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **4ª câmara / 2ª turma ordinária** da Terceira SEÇÃO DE JULGAMENTO,

NAYRA BASTOS MANATTA - Presidente

GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Digite em caixa baixa o nome dos conselheiros presentes à sessão.

Relatório

Para elucidar os fatos ocorridos até a interposição do Recurso Voluntário, transcrevo o relatório da DRJ, *in verbis*:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 05/12/2011 por GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO, Assinado digitalmente em 05/12/2011 por GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO, Assinado digitalmente em 23/01/2012 por NAYRA BASTOS MANATTA

Impresso em 14/02/2012 por ELAINE ALICE ANDRADE LIMA

Trata o presente processo de Declaração de Compensação (fl. 04/06) de crédito do Programa de Integração Social (PIS), relativo a receitas de exportação, apurado no regime de incidência não-cumulativa, referente ao período de apuração de janeiro de 2004, no valor de R\$ 140.944,03, com débito de responsabilidade da interessada.

A DRF de Ribeirão Preto (SP), por meio do Despacho Decisório (fl. 112), não homologou a compensação declarada, em razão da inexistência de saldo de créditos para a compensação, uma vez que o mesmo já fora utilizado para quitar o débito da contribuição do próprio mês.

Na informação fiscal (fls. 110/111), que acompanha o despacho denegatório, foi relatado, em breve resumo, que do cálculo do crédito do PIS demonstrado na ficha 04 do DACON, do 1º trimestre de 2004, foram glosados valores relativos aquisições de açúcar de álcool com fins específicos de exportação e aqueles relativos a pagamentos com fretes e armazenagem - anexo I. Igualmente, efetuou ajustes na ficha 05 do DACON, referente a receitas que não podem ser consideradas como de exportação, resultando num novo valor de PIS devido, apurado após esgotados os créditos já ajustados e resultou num saldo devedor de R\$ 239.821,88. Assim, no mês de janeiro de 2004, inexistia valor de crédito de PIS a ser pleiteado em compensado.

Cientificada do despacho e inconformada com a não homologação, a interessada apresentou a manifestação de inconformidade de fls. 121/142, alegando, em inicial, ter sido submetida a anterior fiscalização, que concluiu pela inexistência dos créditos do PIS nos períodos compreendidos entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004, tendo sido apurado, inclusive, insuficiência de recolhimento, o que foi objeto de lançamento de ofício no processo nº 15956.000309/2008-43. Argumenta, a interessada, que os mesmos créditos foram objeto de compensação com outros tributos, por meio de Dcomp.

Conclui, sua inicial, com a alegação de que a matéria debatida na presente manifestação de inconformidade já fora integralmente consignada na impugnação ao auto de infração de que trata o processo acima citado, protocolizada em 23/10/2008, documento em que a requerente teria exaurido toda a sua dilação probatória; também, que o acolhimento de suas razões naquele processo prejudicará o julgamento da presente manifestação, por conta das matérias coincidentes - glosa de créditos do PIS. Conclui que o presente seja objeto de julgamento único, em conjunto com o auto de infração albergado no processo nº 15956.000309/2008-43, e para que não tenha precluso o seu direito de impugnar toda a matéria aventada na informação fiscal, a recorrente ratifica suas razões de inconformidade.

Alegou, também, a decadência do direito de o fisco efetuar o lançamento do IRPJ de períodos de apuração anteriores a março de 2004, diante do disposto no art. 150, §4º, do CTN.

Após reproduzir ementas e partes de julgados sobre o tema, concluiu com a afirmação de que com a não homologação da compensação da requerente, haveria de ser decretada a decadência com relação ao período de apuração do débito em apreço e afastada sumariamente sua cobrança.

Quanto ao mérito, alega que se trata de empresa preponderantemente exportadora e que foram desconsiderados, de forma infundada, pela fiscalização, o lançamentos contábeis na conta de Receita de Revenda de Exportação a título de "Complemento de Preço", "Variação Monetária" e "Estornos", levando os respectivos valores à tributação da contribuição como se receita de mercado interno fossem, algo que não se pode convalidar; todas as operações comerciais de venda foram destinadas exclusivamente ao mercado externo, não tendo havido, neste período, qualquer operação de venda de produto no mercado interno.

Após tecer considerações sobre os princípios contábeis atinentes a realização da receita conclui com a assertiva de que a receita de exportação somente se considera realizada no momento da transferência de propriedade dos produtos de uma entidade à outra, que se concretiza, no caso em apreço, pelo embarque das mercadorias exportadas no porto, razão pela qual, desde a emissão da Nota Fiscal de Exportação até que o momento em que se apure a receita de venda efetiva, são necessariamente efetuados ajustes, a débito e crédito, nas contas correspondentes de acordo com o regime de competência, sendo portando consideradas "variações cambiais", tanto para efeitos contábeis quanto fiscais, apenas após a tradição da mercadoria - "emissão do Bill of Lading".

Prossegue, afirmando que seria de praxe no mercado nacional e internacional de compra e venda de commodities, quando estas são negociadas em bolsas internacionais - como é o caso do açúcar - ou sujeitas a cotações diárias - como é o caso do álcool -, a apuração do preço de venda a posteriori, mesmo que após o embarque das mercadorias com destino ao exterior, por conta da possibilidade de fixação do preço final a critério e oportunidade do vendedor, o que gera em sua contabilidade, novamente em reverência ao princípio da competência, estornos e complementos de preço, de modo que a receita de exportação total reflita o valor final da operação.

Os procedimentos legais de Despacho de Exportação, conforme consignado no termo de encerramento pela fiscalização, foram regularmente cumpridos pelo Contribuinte, não havendo determinação legal expressa de nova averbação no SISCOMEX no caso de emissão de nota fiscal de complemento de preço, nem tampouco qualquer necessidade de vinculação desta à comprovação da exportação para fins de gozo da imunidade das receitas de exportação à contribuição em apreço; ademais, o art. 160 da Portaria SECEX nº 36/07, que dispõe dos procedimentos de exportação, prevê que poderão ser efetuadas alterações no RE, e em casos bastante específicos, não havendo qualquer

determinação expressa de nova averbação no caso de emissão de nota fiscal de complemento de preço, como requer a fiscal.

Em relação aos créditos na aquisição de mercadorias com o fim específico de exportação, alega que a Lei nº 10.637, de 2002, em sua redação original, não trazia qualquer óbice relacionado à possibilidade de desconto de créditos nas aquisições de bens e serviços pelas comerciais exportadoras, enquadrando-se como pessoas jurídicas sujeitas ao regramento geral do regime da não-cumulatividade, conforme previsão contida na redação original do art. 3º, de que o contribuinte poderá descontar créditos em relação a bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º.

Somente com o advento da Lei nº 10.833/03, que passou a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2004, nos termos do § 4º do art. 6º e disposição do art. 15, é que o direito de utilizar o crédito em virtude da imunidade das receitas de exportação e isenção nas vendas com fim específico de exportação não mais beneficiou a empresa comercial exportadora que adquirisse mercadorias com o fim específico de exportação, ficando vedada, nesta hipótese, a apuração de créditos vinculados à receita de exportação; portanto, até 30 de abril de 2004, não havia qualquer vedação a apropriação de tais créditos, inclusive, entendimento já expresso pelo antigo Conselho de Contribuintes, que cita.

Por fim, esclarece que, por todo o exposto e, de acordo com a legislação de regência, tem direito à compensação informada na DCOMP, não havendo que se falar em débito remanescente.

Após a reafirmação de suas razões de mérito já constantes do processo anterior, pede ao final:

I. O apensamento do presente procedimento administrativo àquele referente à cobrança do PIS - auto de infração no processo nº 15956.000309/2008-43, que abrangeu os períodos de apuração de janeiro de 2003 a dezembro de 2004 e que tratou da mesma matéria, nos termos do art. 9º, § 1º, do PAF;

II. Que acolha a preliminar de decadência do direito de constituir o débito de IRPJ;

III. Que julgue integralmente procedente a presente manifestação de inconformidade pela razões antes expendidas, nos termos do art. 9º do PAF, bem como seja homologado o pedido de compensação..

A Delegacia de Julgamento em Ribeirão Preto considerou improcedente a manifestação de inconformidade, cuja ementa foi vazada nos seguintes termos:

RECEITAS DE EXPORTAÇÃO. COMPLEMENTO DE PREÇO.
As receitas vinculadas a exportação, para que sejam reconhecidas para efeito de benefício fiscal obrigatoriamente

deverão ser referenciadas à nota fiscal de exportação original e registradas no SISCOMEX.

CRÉDITO. EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA

Empresas comerciais exportadoras se encontram legalmente impedidas de apurar créditos de contribuição para o PIS vinculados à aquisição de mercadorias com o fim específico de exportação. Trata-se de caso de não incidência por força de disposição legal que, por consequência natural do regime da não-cumulatividade das contribuições, não resulta direito à apuração de crédito pela empresa comercial exportadora adquirente das mercadorias.

BASE DE CÁLCULO. VARIAÇÕES CAMBIAIS. RECEITAS FINANCEIRAS.

As variações monetárias ativas em função da taxa de câmbio constituem-se em receitas financeiras, incluindo-se na base de cálculo da contribuição.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Datado fato gerador: 17/05/2006

DECORRÊNCIA. REVISÃO DE CRÉDITO DO PIS.

Tendo, a apuração do crédito do PIS sido objeto de análise e revisão em procedimento fiscal anterior, a decisão ali adotada, deve ser igualmente aplicada neste processo, pois foi baseada nas mesmas razões de direito e nos mesmos elementos de prova.

Descontente com a decisão de primeira instância, o sujeito passivo protocolou o recurso voluntário no qual argumenta, em síntese, que:

- a) O julgamento do processo administrativo nº 15956000309/2008-43 prejudicará o julgamento do presente recurso voluntário, por conta das matérias coincidentes. Assim, a lide posta nos dois processos devem ter seu julgamento de forma conjunta;
- b) A questão central da lide diz respeito à inexistência do direito ao crédito na aquisição de mercadorias sem incidência da exação;
- c) A vedação de apropriação de créditos advindos da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusivo no caso de isenção, imposta pelo art. 3º, §4º, inciso II da Lei nº 10.637/2002 – com redação dada pela Lei nº 10.865/2004 – somente entrou em vigor em 1º de agosto de 2004. Portanto, em vista que a restrição imposta pela Lei nº. 10.833/03 entrou em vigor

apenas em 1º de fevereiro de 2004, nos termos do artigo 93, inciso I desta norma, para o período de janeiro de 2004 não havia qualquer impedimento para que as comerciais exportadoras - assim como as demais pessoas jurídicas - apropriassem o crédito relativo às aquisições de bens para posterior revenda, com ou sem incidência desta contribuição, nos termos da redação original do artigo 3º de referida Lei;

- d) uma vez reconhecido o direito creditório da recorrente no tocante às aquisições de mercadorias com finalidade específica de exportação, em janeiro de 2004, por expressa previsão legal e por ausência de qualquer vedação em contrário, sua declaração de compensação deve ser reconhecida, não havendo que se falar em débitos remanescentes de IRPJ, vez que os mesmos foram extintos por compensação, nos termos do artigo 156, inciso II do CTN.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, Relator

A impugnação foi apresentada com observância do prazo previsto, bem como dos demais requisitos de admissibilidade. Sendo assim, dela tomo conhecimento e passo a apreciar.

Preliminarmente, o recorrente solicita o apensamento do presente processo ao do auto de infração de nº 15956000309/2008-43 por tratarem de mesma matéria. Alega que o afastamento da exação cobrada no Processo Administrativo citado, quando decretado pelas instâncias de julgamento administrativo em decisão definitiva favorável à Recorrente, prejudicará o julgamento do presente Recurso Voluntário, por conta das matérias coincidentes - glosa de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

Ao analisar o despacho decisório e o voto da primeira instância, resta evidente a prejudicialidade entre os processos, senão vejamos:

O sujeito passivo protocolou pedido de ressarcimento de créditos do PIS não cumulativo referente ao mês de janeiro/2004.

O Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto proferiu despacho de fls. 112 denegando o pedido. O despacho decisório do Seort fundamentou sua decisão no despacho de fls. 110/111, no qual o Serviço de Fiscalização informa não haver crédito financeiro em benefício do recorrente, tendo por base a ação fiscal realizada na sociedade em que se apurou saldo devedor no valor de R\$ 140.944,03, dando origem ao auto de infração contido no processo nº 15956.000309/2008-43.

No voto da Delegacia de Julgamento fica cristalina a dependência entre os processos, conforme pode-se observar do enxerto que colaciono abaixo.

“...o procedimento fiscal de que trata o processo de lançamento fiscal do PIS, revisou os créditos da contribuição correspondentes ao ano de 2004. O presente processo trata de PER/DCOMP encaminhada pela interessada tratando do aproveitamento dos citados créditos, que teriam sido apurados no mês de janeiro de 2004. Ora, como consequência daquele procedimento, a pretensão perdeu o objeto, pois foi constatada a inexistência do saldo credor que seria passível de compensação.

A Manifestação de Inconformidade ora apresentada apenas ratifica as razões de defesa que foram analisadas na decisão de 2010 e, nas palavras da interessada exauriu toda a sua dilação probatória (fl. 129), portanto, o que foi decidido naquele processo, que analisou as mesmas questões de direito e de fato concernentes a existência do crédito do PIS, aplica-se integralmente aos autos ora sob exame.

De fato, nesses casos, como ambos processos possuem o mesmo objeto, em relação à existência do crédito compensável, é preferível que os julgamentos da impugnação ao lançamento e da manifestação de inconformidade ao despacho denegatório sejam realizados na mesma sessão de julgamento.

No entanto, no caso concreto, isso é impossível, pois o julgamento, em primeira instância do processo nº 15956.000309/2008-43, já ocorreu, e foi formalizado no Acórdão nº 14-28.831, de 07/05/2010, por esta mesma 4ª Turma de Julgamento da DRJ/Ribeirão Preto.

Como aquele processo foi apreciado por esta mesma Turma de Julgamento, possui o mesmo objeto que o presente e a própria interessada ratificou os termos de sua defesa anterior, tendo solicitado o julgamento em conjunto com o presente, em relação às alegações de mérito, adota-se o voto proferido e as mesmas razões de decidir, devendo, posteriormente, o presente ser apensado ao processo nº 15956.000309/2008-43.

Para tanto, passa-se a transcrever, em parte, o voto contido no Acórdão nº 14-28.831, de 07/05/2010, no qual a Turma decidiu por considerar procedente o lançamento, mantendo a exigência do crédito tributário constituído...”

Como relatado, a Seort tomou por base o despacho da fiscalização em procedimento de diligência, que por sua vez utilizou-se da conclusão do termo de informação fiscal produzido nos autos do processo nº 15956000309/2008-43. A DRJ alegou a impossibilidade de anexação dos processos em vista de estarem fases distintas e utilizou a decisão do outro processo para sustentar sua posição.

A partir do colocado, é de meridiana obviedade que todos os processos que tratem de compensação, cujo crédito a ser utilizado esteja sendo discutido nos autos do processo que contém o auto de infração devem esperar sua decisão para então poder ter seu desfecho.

Em face da dependência, é necessário aguardar o término do processo nº 15956000309/2008-43, que definirá o direito creditório alegado nas compensações discutidas neste.

Processo nº 10840003575/2004-88
Acórdão n.º **3402-000348**

S3-C4T2
Fl. 125

Pelo exposto, voto por converter o julgamento em diligência, determinando que se aguarde a decisão final no processo nº 15956000309/2008-43.

Após, deve ser acostada ao presente processo cópia da decisão definitiva do processo nº 15956000309/2008-43, com retorno dos autos a este Colegiado para apreciação.

Sala das Sessões, em 10/11/2011

Gilson Macedo Rosenberg Filho